

Entrevista | Kanawayuri, coordenador de cultura no médio Xingu - Págs 4 e 5

“O ESTADO BRASILEIRO TEM UMA DÍVIDA ETERNA COM OS POVOS INDÍGENAS”



NÃO DEU NA IMPRENSA

LUTAS GERAIS

PELA BASE

CULTURA

Declarações do Ministro da Educação mostram intenção de desmonte da educação pública

Servidores do estado temem por piora na educação pública sob o governo Zema

Veja principais direcionamentos do 38º Congresso do Andes em Belém, PA.

Como os ataques à Ciência revelam experiências de desigualdade e opressão

EDITORIAL

O ano de 2019 iniciou confirmando boa parte das análises realizadas ao final de 2018. Entre propostas e ações do novo governo, destacaram-se, no âmbito da educação, os planos de crescente militarização das escolas, ataques à autonomia das instituições federais de ensino, ameaça de aprofundamento da privatização, a apresentação do novo projeto de lei do “Escola Sem Partido” no congresso nacional e a recente declaração do ministro sobre a “Lava Jato da Educação”. Na economia, o protagonismo é da proposta de contrarreforma da previdência, que basicamente acaba com os direitos à aposentadoria e restringe, ainda mais, o acesso à seguridade social pela população. No meio ambiente, acena-se com a maior flexibilização das regras atuais para exploração e avanço sobre as terras indígenas e quilombolas. Na esfera repressiva, o destaque vai para recente proposta do ministro da justiça que, entre outras medidas, estabelece mecanismos de cerceamento ao direito de defesa ao mesmo tempo que banaliza os assassinatos cometidos por policiais em serviço. Tais medidas aprofundam as políticas implementadas nos últimos anos para enfrentar a crise do capital e que apresentaram como resultados desastrosos, não somente a redução da atividade econômica, o aumento do desemprego e a perda de direitos da classe trabalhadora, mas expressam-se também nos crimes da Samarco (Mariana/MG, 2015) e da Vale (Brumadinho/MG, 2019), no crescimento dos assassinatos no campo, no crescimento das chacinas de jovens negros nas periferias dos centros urbanos, no crescimento no número de feminicídios no país, entre outros ataques à população em geral. A enxurrada de críticas, de denúncias de corrupção e envolvimento com o crime organizado que envolvem protagonistas do novo governo, veiculadas pela grande mídia, revelam que o governo que foi eleito vendendo a ideia de uma nova política, na realidade é parte integrante do que há de pior na velha política nacional, somando-se ainda despreparo e incompetência. No que tange aos sindicatos e movimentos sociais organizados, estes devem estar atentos e trabalhar para a mobilização da classe trabalhadora para se contrapor a atual política de destruição de direitos sociais conquistados e das condições de vida da população em detrimento do capital financeiro e especulativo internacional. Temos que lutar em ampla unidade com o campo progressista pela defesa dos direitos, da educação e dos serviços públicos e pelas liberdades democráticas, como deliberado como centralidade na luta pelo ANDES-SN em seu 38º Congresso. A mobilização já se iniciou em diversos estados e nacionalmente indicando que este ano será marcado por intensa luta e resistência. O nosso sindicato não se furtará à luta e estará trabalhando para mobilização da categoria de forma a ganharmos força para os enfrentamentos que se apresentam na atual conjuntura.

Expediente

O Travessia é uma publicação da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF SSind). Redação, diagramação e fotos: Isabella Mendes Freitas MTB 014560/MG, Danniell Goulart Reg. 6083 DRT MG, Estela Loth sob a supervisão de Danniell Goulart e Isys Bastos sob a supervisão de Isabella Mendes Freitas

Tiragem: 1200 exemplares

Endereço: Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900

Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: apesjf.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br

Presidente: Marina Barbosa Pinto - Faculdade de Serviço Social

Vice-Presidente: Marcos Vinicius Leite - IF Sudeste MG Campus JF

Secretária Geral: Raquel Portes - Faculdade de Arquitetura

1ª Secretária: Jalon Morais Vieira - IF Sudeste MG Campus Juiz de Fora

2ª Secretária: Ana Maria Arreguy Mourão - Aposentada

1º Tesoureiro: Augusto Santiago Cerqueira - Faculdade de Engenharia

2º Tesoureira: Zuleyce Lessa - Faculdade de Enfermagem

NÃO DEU NA IMPRENSA



Até o momento, as declarações polêmicas de Ricardo Vélez Rodriguez na mídia produziram pouco mais do que manchetes e twites de seus críticos. Entretanto, é preciso ficar atento ao significado real de suas afirmações, enquanto um projeto devastador da educação pública. Em meio a disparates, o ministro pretende promover um ataque organizado aos processos democráticos de ensino, acesso e gestão às escolas e universidades.

Acesso

O ministro afirma que “a universidade não é para todos”. “Ela representa uma elite intelectual, para a qual nem todo mundo está preparado ou para a qual nem todo mundo tem capacidade.” Criticou o alto investimento no ensino superior em comparação ao ensino básico, classificando a política como “funil da insensatez”. E assinou a intenção de preparar o terreno para o fim das cotas.

Privatização

O ministro elogia o modelo colombiano de cobrança de mensalidades nas universidades e afirma que é preciso “equacionar uma solução que salve a universidade e que não dependa de pôr mais dinheiro público.”

Fim da eleição para reitor

Vélez defende que reitores sejam sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal, em uma espécie de balcão de negócios sob a vigilância de Moro. “O CPF deles [reitores] pode ser rastreado pelo juiz Sergio Moro,

por que não? Querem mais dinheiro? Paguem as contas.” O ministro ataca as entidades representativas dos docentes e defende que reitores sejam escolhidos pelo ministro ou pelo presidente Bolsonaro, através de um banco de currículos. “Qual é o principal problema de um reitor de universidade federal? O sindicato, que é da CUT, o elege e ele fica refém. O tal ANDES é um monstrenho que persegue o reitor durante todo o seu mandato.”

Perseguição

As perseguições não se restringem à administração superior. Veléz defende o Escola sem partido, e promete ser um entrave para a liberdade de ensino nas escolas. E defende o retorno do ensino de educação moral e cívica nas escolas.

Equipe

A composição de secretarias de alta complexidade no MEC é fator de preocupação para governo e técnicos do ministério. Veléz atribuiu cargos estratégicos a três ex-alunos da UFJF, que foram seus orientados na instituição, dois deles sem experiência em gestão. Os cargos são para comandar as secretarias de Regulação e Supervisão da Educação Superior, de Educação Profissional e Tecnológica, e de Modalidades Especializadas. Esta substituiu a Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), uma manobra para eliminar as temáticas de direitos humanos e de educação étnico-raciais e a própria palavra diversidade.

“AS PERSPECTIVAS SÃO AS PIORES POSSÍVEIS”

Servidores do estado temem por piora na educação pública sob o governo Zema



Os cerca de 250 mil professores que trabalham para o Estado de Minas Gerais estão no aguardo das ações e políticas do novo governo, capitaneado por Romeu Zema, para a área da educação e da valorização docente. No entanto, o Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação, Sind-UTE não guarda muitas esperanças por medidas que recuperem carreira e salários. “As perspectivas são as piores possíveis. Zema é um empresário com uma concepção privatista de estado. Prega o estado mínimo, a meritocracia e considera benefícios como privilégios. Seu projeto de educação é de privatização através de vouchers para os estudantes migrarem para escolas privadas ele trata isso como uma “escolha” para a família do aluno. Sem contar o projeto de militarização das escolas”, afirma Victória Mello, da codireção municipal do sindicato em Juiz de Fora.

Os docentes, que à custa de muita luta haviam conseguido uma estruturação da carreira, ainda que insatisfatória, em 2005, tiveram em 2011 nova desorganização que persiste até os dias de hoje. A média salarial é de R\$ 2500,00.

O novo governador já avisou, durante a campanha para sua eleição que pretende modificar

o regime previdenciário do estado, com o aumento da contribuição dos servidores de 11% para 14%. Com relação ao 13º salário, Zema afirmou que não sabia como pagar, e que iria tentar saldar a dívida ainda na sua gestão.

Na avaliação de Vitória, a categoria quer lutar, “mas está cansada, pois temos sido muito

derrotados nas últimas lutas. Mesmo assim avaliamos que é possível entrarmos em greve, pois a indignação é enorme. Avaliamos que, para dar conta de barrar os ataques desse novo governo é necessário construir uma greve geral do funcionalismo”, disse.

Com relação aos atingidos pela lei 100, o Sind - UTE conseguiu manter os adoecidos vinculados ao estado e tem ações jurídicas para recebimento do fundo de garantia e férias prêmio. Foram demitidos cerca de 68 mil trabalhadores em educação. Pimentel fez concursos e nomeou cerca de 40 mil e o sindicato continua batalhando para ter mais concursos e nomeações.

Para entender a Lei 100 é preciso voltar a março de 2014, quando O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional uma lei que efetivou milhares de servidores públicos em Minas Gerais em 2007. A Lei Complementar 100 atingiu 98 mil trabalhadores no estado, segundo consta no processo movido pela Procuradoria-Geral da República.

DOCENTES MUNICIPAIS LUTAM POR REGULARIZAÇÃO SALARIAL

O Sinpro-JF denunciou ao Ministério Público a falta de pagamento das rescisões contratuais de professores que atuaram na Rede Municipal de Juiz de Fora em 2018. Após a pressão, o prefeito Antônio Almas (PSDB) se comprometeu a efetuar o pagamento no dia 27 de fevereiro. O sindicato repudiou também a política discriminatória da prefeitura, que nega aos concursados direitos que deveriam se aplicar a toda a categoria. É o caso da jornada de 13h20, do adicional de reunião pedagógica, da Ajuda de Custo para Valorização do

Magistério (ACVM) e do Adicional Anual de Incentivo ao Magistério (AIM). Apesar das promessas, nem todos os pagamentos dos adicionais foram realizados e o sindicato continua mobilizado. Além disso, o Sinpro-JF repudiou o adiamento do início do ano letivo de 1º para 18 de fevereiro pela Secretaria de Educação, que alega falta de repasses. Em nota, o sindicato afirma que “é inaceitável que, mais uma vez, o peso recaia, injustamente, sobre as costas dos trabalhadores e da população que depende dos serviços públicos”.

“O ESTADO BRASILEIRO TEM UMA DÍVIDA ETERNA COM OS POVOS INDÍGENAS”



Kanawayuri, ou Marcelo Kamayurá, é da etnia Kamayurá, membro da aldeia Morená, que está localizada no Médio Xingu, na terra indígena Parque do Xingu, no Mato Grosso. É formado no magistério e também em auxiliar de enfermagem. Atualmente, Marcelo desenvolve projetos que promovam a reflexão e valorização na área cultural. Entrevista realizada pela professora e diretora da Apes, Raquel Portes, em visita ao Médio Xingu.

Raquel Portes - A transferência da demarcação de terras indígenas da Funai para o Ministério da Agricultura foi uma das primeiras ações de Bolsonaro na presidência. Como você vê esta ação do novo governo?

Marcelo Kamayurá - Logo no segundo dia de mandato, o governo Bolsonaro emitiu uma medida provisória transferindo a responsabilidade da demarcação das terras indígenas para o Ministério da Agricultura. Bom, isso já era esperado, mas povos indígenas não esperavam que fosse logo no segundo dia. Mas, é claro, o governo teve que cumprir com a promessa feita durante a campanha. Mas é justamente do ponto de vista de direito, nós, povos indígenas, sabemos que demarcação de terras indígenas são direito reivindicado pelos povos indígenas, e também garantido na constituição federal. E somos conhecedores, temos ciência de que o Estado brasileiro tem dívida eterna com os povos indígenas, que somos os primeiros habitantes desta terra, do Brasil, e que justamente qualquer governo teria que cumprir com seu dever, com a responsabilidade, executando políticas públicas voltadas para os povos indígenas. Esse tema é tão delicado nesse momento, mas eu creio que as leis criadas estão aí para proteger esse direito e espero que essa medida seja revista, para que o dever do governo para com os povos indígenas seja realmente desenvolvido sem perseguição, sem preconceitos e discriminação. Essa é a minha expectativa.

RP - E a transferência da Funai do Ministério da Justiça para o Ministério da

Mulher, da Família e dos Direitos Humanos?

MK - Eu não sou conhecedor profundo dos papéis, das responsabilidades de cada ministério que foi montado. Eu não sei e não sabemos os motivos que motivaram a transferência da FUNAI do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Até hoje não fomos informados, até porque o questionamento fica no ar sem resposta por conta de que o Ministério da Justiça, não foi extinto, então por que da transferência da FUNAI para outro ministério? Então não sabemos. A minha



Celebração do Quarup - Foto: Raquel Portes

sugestão para esses assuntos: os representantes indígenas, caciques e organizações dos povos indígenas, teriam que ser convidadas para participar desse processo e assim tomar as decisões, mas não foi isso que aconteceu, e a gente espera por esse esclarecimento até agora. Eu espero que nos próximos meses os representantes e os caciques sejam convidados para dialogar na mesa com autoridades de governo.

RP - Conversamos um pouco da última vez que estive no Parque do Xingu sobre os entraves para a educação nas aldeias, você pode falar um pouco sobre isso para nós?

MK - Primeiro, eu sempre defendi que os papéis de cada área tem que estar muito explícitas nos nossos pensamentos, principalmente para comunidades

indígenas. Há a necessidade de esclarecer qual é o papel da educação exercida nas escolas indígenas, que são para ensinar as escritas, as linguagens e as ciências. É diferente da educação exercida pelos povos indígenas, pela sua família, que ensina os valores, ensina as nossas crenças, as nossas narrativas, a arte, confecção de redes, esteiras, a roçar, pescar. São esses ensinamentos que são exercidas no sistema próprio. E o desafio fica no seguinte: Como conciliar esses dois pensamentos, essas duas áreas. Isso é um desafio que pode ser solucionado com diálogos, debates e programações. E o desafio é maior ainda porque a educação de sistema próprio dos pensamentos indígenas não são reconhecidas nas esferas municipal, estadual e federal. E consequentemente, como não são reconhecidas, as especificidades, o pensamento, as orientações mitológicas e ambientais, geográficas, eu tenho observado que o órgão que trabalha com as escolas indígenas, muitas vezes, manda o material didático completamente inadequado para uso das crianças nas escolas indígenas, muitas vezes, linguagens que não são da nossa realidade. Então isso é um problema que podemos discutir com formadores de opiniões, principalmente com os professores indígenas de órgãos federal, estadual e municipal, para que criem um programa para poder confeccionar esses materiais com linguagem própria, local, e assim por diante. De repente isso pode progredir para as crianças aprendam com mais facilidade. Isso que tenho avaliado nos últimos anos. Também a mesma coisa com a programação dos cursos. São esses assuntos que precisamos futuramente aprofundar a dis-

cussão para trazer melhorias, qualidades, nas salas de aulas e na vida dos povos indígenas, valorizando cada vez mais nossos conceitos próprios. É isso que eu defendo.

RP - Tive a oportunidade de acompanhar o último campeonato de futebol do parque, organizado por você, e ver o entusiasmo dos homens, mulheres e crianças que participaram tanto no campo quanto na torcida. Fale um pouco sobre esse evento.

MK - Primeiro, quero destacar que esse evento, eu costumo chamá-lo de a festa de confraternização dos povos indígenas do alto do Xingu. E uma das principais pautas da programação desse evento é competição de futebol, de modalidade masculino, feminino, e no final do ano passado, também incluímos modalidade de juniores. Eu costumo dizer confraternização pois ela está se tornando tradição, até porque estamos realizando esse evento ao longo de vinte anos. Então é um dos eventos de maior proporção sem ser a nossa tradicionalidade. A festa de nossa tradição que atrai maior público e que faz toda a cerimônia é o Kuarup mesmo, que é a nossa festa principal, que é realizado no meio do ano, entre julho, agosto e setembro. E em seguida a gente se, se articula, se programa pra justamente fazer essa festa de confraternização que é realizada entre o dia 25 até dia primeiro de janeiro.

Ainda falando de competição, eu diria o seguinte: nós organizadores, que não é somente eu, existe uma boa articulação, uma boa equipe, tem aval de caciques e tudo mais, o bom dessa festa desse encontro é que ali a gente pode se descontraír, torcer, rever os amigos, fazer novas amizades, enfim familiares, as crianças participam, na torcida diretamente, e esse ano nossos filhos foram para o palco, entraram no campo e os pais

e familiares torcendo por essas crianças... Isso traz uma alegria, felicidade muito boa. Traz um clima, umas emoções muito gostosas. Por trás de tudo isso também, existe a questão de que a gente acredita, a gente sempre fala pros participantes, atletas, que a gente precisa saber disciplina. Sei que sempre houve nos nossos costumes, mas através dos esportes a gente pode fortalecer mais ainda. Existem regras, assim como existem regras nas nossas culturas, para serem seguidas e respeitadas e em outras questões, nas áreas educativas, por exemplo, a gente sempre programa palestra de educação em saúde, de poder



Partida de Futebol - Foto: Raquel Portes

orientar sobre os riscos de doenças novas que estão surgindo em nossas aldeias. Então a gente costuma pautar isso também, não é só futebol, existe essa preocupação também. Com certeza com tudo isso, nós acreditamos também que a gente precisa se conscientizar através de esporte, por exemplo o combate a drogas. Bebidas alcoólicas por exemplo. São questões que realmente são preocupantes, mas neste momento de evento se torna propícios para que a gente possa fazer um bom papo com os participantes e lideranças indígenas, e assim, formando futuros cidadão indígenas, para que possam seguir a essência da vida e politicamente corretas, preservando a sua cultura, o meio ambiente, respeitando

as regras essenciais, e acima de tudo respeitar o próximo, por exemplo. São fundamentais em nossas vidas são esses aspectos que são levados em consideração nesse dia, além de trazer alegrias, entusiasmo, todos participam. Só alegria mesmo. Então a gente pretende continuar com isso. Só precisa incentivos a mais, de estruturas fixas, materiais esportivos e logística. É isso que precisamos. Espero que com essa divulgação possam surgir oportunidades para que esse evento seja mais divulgado e conhecido e com isso a gente receber patrocínio, apoios para que possamos fazer essa festa pras crianças e pras famílias

sempre. É isso que eu tenho pra dizer sobre esse evento.

RP - A chegada ao Parque do Xingu, seja por terra ou avião impressiona muito pela mudança brusca de paisagem. De um lado imensas propriedades monocultoras, totalmente mecanizadas, com pequenas manchas verdes florestadas ao longo de incipientes cursos d'água. Do outro lado, a floresta em toda sua exuberância, como um manto denso recortado por rios largos e sinuosos. O impacto do agronegócio é visível na esfera do meio ambiente, como esse impacto ou pressão se dá também sobre o território indígena, nas

suas diferentes esferas (sócio-culturais-econômicas)?

MK - Eu tenho o seguinte comentário a fazer: Nós povos indígenas, de um lado, de outro lado a sociedade envolvente, não-indígenas, a gente precisa aproximar do ponto de vista de que um precisa do outro, afinal de contas, respiramos o mesmo ar e precisamos de água limpa, que faz a chuva. Estamos no mesmo planeta, estamos no mesmo país e que a gente precisa um do outro. Eu penso que os povos indígenas, com suas terras demarcadas, exercem um bom serviço de preservação ambiental que resulta no ar limpo.

A floresta em pé, possibilita que a água volte pro ar e que chove, pra regar as plantações. E que isso são ciclos de vida e que isso seja visto de modo que a gente possa valorizar esses serviços prestados. Não é simplesmente a gente levantar aos gritos e agredir aos discursos, a defesa de direitos. Eu acho que cada um tá fazendo o seu papel essencial para propiciar o bem pras nossas vidas. Eu acho super interessante isso. A gente faz o nosso serviço, o nosso papel, de preservação ambiental e claro que não é só isso, não é simplesmente manter a floresta em pé. Os povos indígenas necessitam

da terra para plantar, caçar, pescar e manter seu modo de vida. Isso tem gerado críticas muito grandes e algumas pessoas que visitaram as comunidades indígenas pessoalmente, com certeza muda de opinião depois que conviveu e conversou com membro da aldeia, com os caciques e entender como é essa visão, o modo de vida que as pessoas vivem. Então são esses que precisam ser observadas. Por exemplo, lamento muito os fatos que têm acontecido com as barragens, em Brumadinho. O impacto do meio ambiente que está sendo explorado, mas como eu falei, existem limites em todas as regras de nossas vidas. Se não houver limites acontece esse tipo de desastre.

NECESSIDADE URGENTE DE UNIDADE

Professores e professoras reafirmam resistência aos ataques advindos de um governo de extrema direita

O 38º Congresso do ANDES-SN, realizado em Belém, capital do estado do Pará contou com a presença de 391 delegad(a)s e 157 observadore(a)s que representaram 79 seções sindicais de todo o país, além de 40 diretores(a)s e 10 convidado(a)s. Professores e professoras reafirmaram a concepção de sindicato classista e pela base, com ampla democracia interna na esteira da história do Sindicato Nacional, e sinalizaram a necessidade de construção da ampla unidade entre diversas entidades da classe trabalhadora em luta contra as medidas que intensificam a retirada de direitos, levadas a cabo por um governo de extrema direita no país.

O congresso afirmou que o inimigo de classe é único, centrado num governo que ataca minorias e direitos fundamentais, o que ressalta a necessidade de construção de uma Frente Nacional e Unitária como espaço de aglutinação de todas essas lutas, aliada ao compromisso de intensificar todos os esforços para a realização do III Encontro Nacional de Educação em conjunto com a Frente Nacional Escola sem Mordança e o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas. Outro ponto importante foi a necessidade de incrementar a formação político sindical da categoria docente.

O Congresso reafirmou a defesa da liberdade de cátedra, da educação pública, das entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais que lutam pela pauta da educação, enfrentando qualquer possibilidade de sua privatização, enfatizando as universidades, os institutos



Fotos: Divulgação ANDES - SN



Com relação à luta das mulheres, o congresso deliberou pela intensificação da defesa pela descriminalização e legalização do aborto e definiu a paridade de gênero para a composição da diretoria nacional do ANDES-SN. Definiu ainda que, no dia 8 de março, o sindicato nacional colocará, para deliberação das bases, a adesão à Greve Internacional das Mulheres, com paralisação nas instituições de ensino. Docentes aprovaram ainda o dia 14 de março como dia nacional de luta contra a criminalização dos movimentos e dos lutadores sociais, data em que será lembrado o assassinato de Marielle e Anderson.

federais e os CEFET como estruturas para o amplo desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como um projeto para além do capital.

Também foi ratificada a defesa intransigente dos ainda frágeis processos democráticos das universidades, Institutos Federais e CEFET, em especial no que tange a eleição do(a)s reitor(a)s, contra qualquer projeto autoritário que atente contra a autonomia das IFE.

Para o segundo semestre, apontou a necessária construção dos dias nacionais de lutas contra o assédio moral e sexual e a luta contra o racismo. O Congresso avançou também ao colocar, na ordem do dia, os eixos da defesa da carreira docente, a necessária recomposição do financiamento público para as IEES/IMES, a garantia da autonomia universitária, a defesa das liberdades democráticas, a delimitação de uma ampla política de ciência e tecnologia. Reafirmou a defesa da articulação com entidades de classe e movimentos sociais que defendam os direitos dos povos indígenas e das populações quilombolas e ribeirinhas, assim como a permanente denúncia, nacional e internacionalmente, dos massacres, das perseguições, das torturas, das prisões, das chacinas, dos assassinatos e a da criminalização de trabalhador(a)s rurais e urbanos.

Docentes aprovaram por unanimidade uma moção de repúdio ao crime ambiental e de solidariedade à população de Brumadinho. Professores e professoras aprovaram ainda a realização do 39º Congresso na USP, a ser sediada pela ADUSP-Seção Sindical.

“AS IDEIAS FORA DO LUGAR”

Como os ataques à Ciência revelam experiências de desigualdade e opressão



As redes sociais abrem espaço e audiência para aqueles que acreditam que pouco é suficiente para compreender e explicar tudo. Com o estímulo à leitura ficando para trás e refletindo na educação a desigualdade social, uma parcela da população se vê questionando tudo e deduzindo suas próprias respostas. E encontram em determinadas figuras da grande mídia ou da política, seus porta-vozes.

A exemplo disso, temos Olavo de Carvalho e seus questionamentos a Einstein, Galileu e ao heliocentrismo, Murilo Resende, diretor do Inep, afirmando que Descartes é o pai da ideologia de gênero e Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores, que alega que o aquecimento global é “trama marxista”, entre tantos outros casos. O fato de esses nomes estarem representando o atual governo brasileiro reflete um pensamento coletivo de boa parte da população, que se destacou ao idolatrar e eleger a figura de Bolsonaro para presidência. Fato que se assemelha ao que

aconteceu nos Estados Unidos com a eleição de Trump.

Pensamento Único

O professor do Departamento de Psicologia da UFJF, Fernando Santana, aponta que a sociedade brasileira é historicamente “centrada em valores e práticas oriundas do patriarcado, do racismo estrutural, com forte teor ideológico advindo de certa perspectiva religiosa que é avessa às discussões de cunho científico”. O crescimento das igrejas neopentecostais reforça a ideia de “um pensamento único sobre como se deve viver a vida”. Essa percepção comprime os ideais de pensamento reflexivo, crítico e de apreço ao conhecimento.

Nesse sentido, o professor explica que o fenômeno não é um fato isolado, mas “parte da organização social e política que vem sendo forjada há alguns séculos”. Dessa forma, ainda que o conhecimento científico forneça as bases para a compreensão do homem e do mundo,

grande parcela da população se volta contra elementos que possibilitaram a construção desse entendimento (oriundos das ciências humanas e sociais), relacionando-os aos movimentos sociais e políticos e os “etiquetando como esquerdistas”.

Política dos afetos

Para parte da população, certos avanços no pensamento e na realidade concreta representam uma ameaça à integração social. A possível perda de privilégios, ou mesmo de certezas garantidas por instituições tradicionais, contribui para uma economia dos afetos pautada pelo medo e ódio. Motivadas pela insegurança, camadas sociais diversas questionam direitos conquistados, barram a conquista de novos, e colocam em cheque conhecimentos que são referência para a compreensão da humanidade.

Santana explica que a restrição ao conhecimento, resultado, em certa medida, da falta de diálogo da intelectualidade com os segmentos das classes trabalhadoras, abre espaço para pensamentos totalitários “como o extremismo religioso e mesmo o discurso de ordem advindo de uma retórica militar que derrotará o ‘inimigo comum”.

“A ascensão da ultradireita é um movimento de ordem mundial para manter estruturas de poder intactas”, resume Fernando. Esse fenômeno só pode ser compreendido como um conjunto de todos os fatores que fazem parte desse movimento (como por exemplo, estratégias de convencimento ideológico e manutenção de tradições conservadoras). Somado ao histórico da sociedade brasileira e suas recentes crises econômica e política, acaba encontrando adeptos.

Redes Sociais e Relações Pessoais

O bombardeio de informações nas redes sociais fragilizam relações pessoais neste cenário divergente. “Aqui, vejo uma complexidade que é lidar com os afetos, ou seja, como lidar com isto em relação àqueles que amamos e que nos amam”, coloca o professor. É necessário tempo para a adaptação, pois segundo Santana, os sentimentos movidos por decepção, raiva e frustração, ainda que compreensíveis, podem ser danosos ao provocar a per-

da de relações essenciais. Nesse sentido, trabalhar na busca pelo distanciamento das informações e avaliá-las de forma crítica é o melhor caminho, sobretudo pensando em evitar o isolamento, pois ele só facilitará as armadilhas. “Acredito que ter a possibilidade de compartilhar estas experiências e impressões pode ajudar a desenvolver estratégias de mudar o quadro em tela”, finaliza Fernando.

A GARANTIA DOS DIREITOS QUILOMBOLAS FRENTE AO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO NO BRASIL



CAROLINA BEZERRA

Professora do Departamento de Ciências Humanas do Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF

Tratar sobre a questão quilombola no Brasil é refletir sobre a formação histórica, étnico-racial, política e fundiária do nosso país, é compreender desigualdades históricas estruturais que envolvem a assunção dos diferentes tipos de opressão, violências e racismos vivenciados por grande parte da população brasileira.

A questão fundiária no Brasil sempre foi um tema delicado e propulsor de muitos conflitos, violências e mortes. Desde as capitâneas hereditárias, passando pelas posses e grilagens, os grandes proprietários de terras sempre as garantiram por meio da exploração, corrupção e violência. A primeira Lei de Terras existente no país promulgada em 1850 e as Constituições Federais que se seguiram, foram incapazes de garantir plenamente o direito à terra aos grupos que a ocupavam por gerações, que vivem, produzem, constroem a sua identidade e cultura, os seus valores civilizatórios e ancestrais, a partir da sua relação com o espaço, o território e o meio ambiente.

Terra é poder, ter-

ra é riqueza, é garantia de sobrevivência existencial. Não é por outro motivo que observamos uma união e uma convergência política em torno dos interesses defendidos pela bancada denominada pela deputada federal Erica Kokay (PT-DF) de BBB: Bala, Bíblia e Boi. As primeiras medidas provisórias do então eleito Presidente Jair Bolsonaro demonstram a finalização de um processo que veio sendo gestado ao longo dos últimos anos e que inclusive ferem os preceitos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

A Deslegitimação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a transferência da responsabilidade para a demarcação das terras indígenas e titulação das terras quilombolas para o Ministério da Agricultura promove um retrocesso inestimável para essas comunidades, vai apontando e deixando claro que as bancadas Ruralista e Evangélica desejam se estabelecer no poder por meio da imposição de um projeto político centrado no Agronegócio, na Indústria Armamentista e no Missionarismo Evangélico que trará sequelas consideráveis não só para esses grupos, mas para toda a população brasileira e mundial. Os impactos que serão causados pela exploração descontrolada a partir da comercialização, venda e exploração das terras indígenas e quilombolas trazidas por essa lógica com suas mineradoras, madeireiras, monoculturas, pecuária e agricultura de base agrotóxica e transgênica, serão irrecuperáveis do ponto de vista humano, social e ambiental. O Brasil é um dos países do mundo que mais matam por problemas fundiários e centralizar as decisões sobre esses conflitos a apenas uma das partes envolvidas, não é apenas anti-democrático e anti-ético, é claramente uma política de ex-

termínio e execução sumária de uma grande parcela da população brasileira cujo pertencimento étnico-racial e de classe social nós conhecemos muito bem.

Quando falamos de comunidades quilombolas, estamos nos referindo a uma forma de organização política, econômica, social e cultural surgida por meio de processos de resistência contra a escravidão por toda a América Latina, tendo denominações diferentes em cada localidade. Os direitos das comunidades quilombolas foram garantidos pela Constituição Federal de 1988. Portanto, os quilombos contemporâneos são a concretização de um projeto comunitário, que se baseia em valores civilizatórios.

Boaventura de Sousa Santos afirmou que 90% das reservas naturais de água potável do planeta estão localizadas em territórios indígenas (aborígenes) e quilombolas. Foram eles quem preservaram esses territórios por meio dos seus etnoconhecimentos, saberes relacionados ao manejo e ao desenvolvimento sustentável transmitidos de geração a geração, que, infelizmente, não são reconhecidos como epistemologias válidas, nem mesmo nos espaços acadêmicos, perpetuando as dessimetrias e as hierarquias entre diferentes tipos de saberes, como, por exemplo, entre a cultura oral e a cultura escrita.

A posse da terra por determinados grupos sempre impôs uma ótica legalista, latifundiária, escravocrata e patriarcal, às comunidades negras, quilombolas e indígenas e um papel histórico de subordinação e sujeição aos valores dominantes das leis, dos papéis, em contraposição à oralidade, à força da palavra, à memória, à ancestralidade, desconsiderando a posse da terra como um direito conquistado por hereditariedade e antiguidade no espaço e no território, juntamente com o desenvolvimento

das práticas produtivas e culturais nele desenvolvidas. Sem terra não há educação, cultura, assunção do patrimônio material e imaterial desses grupos. A criação das Unidades de Conservação em nosso país só foi possível devido à preservação de ecossistemas integrados em grandes áreas, dos diferentes tipos de vegetação que resguardaram, ao longo dos séculos, a fauna e a flora brasileiras. Isso se deve também à concepção sagrada de relação com a natureza existente nesses povos, na qual a gênese do seu povo, sua espiritualidade, a não dissociação entre o mundo material e espiritual, os mitos e as religiosidades comungam que a preservação da natureza é a preservação da sua própria existência material, cultural e espiritual.

As falas e declarações do nosso atual Presidente sobre esses grupos e comunidades revelam um imaginário negativo com relação à população negra e indígena presente no racismo estrutural da sociedade brasileira, centrada nos privilégios da branquitude, na supervalorização dos valores civilizatórios branco, europeu, judaico-cristão em oposição aos desses grupos. Frente a esse cenário político, só nos resta resistir, em primeiro lugar desconstruindo esse imaginário por meio da articulação das lutas entre as diferentes instituições e movimentos sociais. Mais do que nunca, é necessário que nos voltemos para a sabedoria desses povos os quais nunca viveram um período sem crises e que resistem há mais de 500 anos.

Atualmente vivemos a derrota da democracia e a perda de direitos duramente conquistados, violados por aqueles que julgam defender o país, a família, a fé cristã, o desenvolvimento, bradando aos quatro ventos todos os tipos e formas de violações dos direitos humanos. Em nome da civilização, promovem a barbárie.